

Usos do conteúdo do *Jornal da Câmara* pelas prefeituras, câmaras municipais e assembleias legislativas¹

Antonio Teixeira de Barros - antonibarrosgmail.com

Jornalista, Mestre em Comunicação e Doutor em Sociologia

Docente e pesquisador do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados

Cristiane Brum Bernardes - cris.brum@gmail.com

Jornalista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutora em Ciência Política

Docente e pesquisadora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados

Resumo: Analisa o uso do conteúdo informativo do *Jornal da Câmara* (JORCD), periódico da Câmara dos Deputados, pelas instituições políticas que constituem os públicos externos preferenciais do veículo: as câmaras municipais, as prefeituras e as assembleias legislativas estaduais/distrital. O estudo é baseado em dados obtidos por meio de pesquisa com amostragem de 10% das 5.560 câmaras e prefeituras e a totalidade das 27 assembleias. A coleta de dados foi realizada por telefone, no período de 5 de abril a 30 de junho de 2010, pelo Serviço 0800 da Câmara dos Deputados. Foi utilizada amostra probabilística aleatória simples com reposição. Uma das questões centrais da pesquisa é se as notícias que o *Jornal da Câmara* publica têm utilidade para o trabalho legislativo da instituição.

¹ Este *paper* é resultado das atividades institucionais inseridas no projeto de pesquisa “Comunicação Pública no Legislativo: diretrizes editoriais e práticas profissionais”. O grupo é filiado à linha de pesquisa “Cidadania e práticas democráticas de representação, participação política, comunicação e educação” do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: Mídias legislativas; instituições políticas; públicos do *Jornal da Câmara*; Parlamento; opinião pública.

1. INTRODUÇÃO

Além da óbvia comunicação com o público em geral, a mídia exerce algumas funções específicas para cada um dos poderes do Estado nas sociedades contemporâneas. Ao analisar da realidade norte-americana, por exemplo, Cook destaca que o Presidente tenta convencer os outros atores políticos a agirem de acordo com seus interesses, enquanto burocracias poderosas usam a mídia para proteger seus orçamentos e jurisdições (Cook, 2005, p.118). Para a Suprema Corte, o problema principal é como ter legitimidade social num sistema democrático sem ter eleições para seus integrantes (2005, p. 199). Já os parlamentares tentam construir um foco numa instituição naturalmente dispersa, isto é, tentam construir uma agenda comum para o Legislativo (2005, p.119). O autor avalia que os agentes governamentais também utilizam a mídia para se comunicarem com seus pares, especialmente nos outros poderes (Cook, 2005, p.122). Dessa forma, a mídia atua como uma instituição intermediária entre os Poderes estabelecidos, não propriamente como o Quarto Poder.

No Brasil, acredita-se que a mídia também exerça uma função comunicativa entre os poderes, especialmente entre os órgãos dos três diferentes níveis administrativos: União, estados e municípios, distantes geográfica e institucionalmente. Segundo Cook, apesar do risco de exposição negativa na mídia, os atores políticos fazem um uso contínuo dos meios de comunicação porque eles são instrumentos úteis para governar. Em primeiro lugar, porque as palavras, no caso da política, são ações, isto é, atos performativos, o que significa que ações políticas são realizadas por meio de palavras (Cook, 2005, p. 124). A mídia também ajuda a estabelecer uma agenda comum, ou seja, auxilia o ator a persuadir os demais agentes ao revelar quais são as preferências de cada um e a mobilizar a opinião pública em seu favor (2005, p. 125). E, por fim, a mídia cria um clima favorável a certas decisões, funcionando como elemento de persuasão no processo político (2005, p.129).

Mas, e se a mídia deixar de cobrir as ações dos agentes políticos ou der pouca atenção às atividades de um dos poderes? Uma das estratégias dos próprios órgãos estatais é a criação de veículos de comunicação próprios, para noticiar os que as mídias comerciais deixam de publicar. No Brasil, um dos exemplos disso é o *Jornal da Câmara* (JORCD), veículo mantido pela Câmara dos Deputados e objeto deste estudo. Apesar do noticiário sobre os trabalhos parlamentares pelos

veículos comerciais ser muito anterior à criação da mídia legislativa, há uma percepção dos atores políticos de que a cobertura mudou ao longo dos anos e, por isso, são necessários veículos das próprias instituições públicas.

A divulgação dos debates parlamentares no Brasil começou em 1826 com o surgimento do “Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Legislativa do Império do Brasil”, que circulou até 1830 (Sodré, 1999, p. 99). Nessa época, a cobertura política na imprensa era feita, muitas vezes, pelos próprios parlamentares ou jornalistas ligados a eles, por meio de amizade ou dos partidos. A tradição jornalística brasileira, portanto, sempre dedicou espaço para os discursos e argumentos usados na tribuna do Parlamento e isso permaneceu até a segunda metade do século XX. Como relata o jornalista Villas-Bôas Corrêa sobre a cobertura política dos jornais brasileiros na década de 1950:

Eram muito comuns as reproduções dos grandes discursos na íntegra, com os apartes. Discursos que às vezes rendiam dois, três, quatro dias, uma semana inteira de repercussão e manchete. Na véspera se antecipava o discurso, o que dava um enorme trabalho: você tinha que ir à casa do orador pela manhã, tentar que ele antecipasse o discurso, alguns faziam charme de que era improvisado mesmo, raros faziam discursos escritos... No dia seguinte, vinha a cobertura do discurso, e no terceiro dia, a repercussão e, quase sempre, a resposta ao discurso. Porque aí travava-se o duelo entre governo e oposição, que a era a arrumação política tradicional do Congresso, que lhe dava vida, visibilidade (Corrêa, 1995, p. 150-151).

Observa-se que isso não ocorre mais na maioria dos jornais brasileiros, especialmente nas publicações de caráter nacional. Para o jornalista Marcelo Pontes, o Congresso Nacional deixou de ser o único ator político relevante no Brasil: a sociedade civil passou a participar da política e se criaram outras instâncias de representação política que não apenas a parlamentar com o fim da ditadura militar (Pontes, 1995, p. 159).

No novo cenário surgido com a redemocratização do País na década de 1980, os veículos de comunicação do Legislativo assumem um papel privilegiado na comunicação estatal. Apesar da estrutura da Secretaria de Comunicação ter sido montada na Câmara dos Deputados somente na década de 1990, desde os anos 1960 a instituição mantinha estratégias destinadas a divulgar o trabalho parlamentar.

O *Jornal da Câmara* (JORCD) é publicado desde 1971 e, atualmente, tem edições diárias de segunda a quinta-feira, com oito páginas e tiragem de 5 mil exemplares. A edição semanal, da sexta-feira, tem 12 mil exemplares e é enviada para prefeituras, câmaras de vereadores e assembleias legislativas do País, bem como órgãos do Poder Judiciário. O veículo faz a cobertura das comissões técnicas e dá ênfase aos discursos e votações realizadas no Plenário. Até 1998, não passava de um boletim informativo chamado *Câmara Informa* e que consistia numa síntese de notícias em papel xerox ou mimeografado. O *Jornal da Câmara* propriamente dito foi criado pelo Ato da Mesa Diretora nº 105/98, e sucedeu a publicação *Hoje na Câmara*, confeccionada em formato de papel ofício, com oito páginas. Segundo os próprios profissionais, o informativo noticiava, basicamente, a agenda da Câmara, com poucas entrevistas. “Era um boletim informativo em que se pegavam todos os pronunciamentos dos deputados, fazia um resuminho, botava em papel A4, grampeava e chamava aquilo de informativo”, conta um deles².

Sobre o formato atual da publicação, o Diretor do *Jornal da Câmara* esclarece que, “em termos de conteúdo, o que distingue a edição semanal das edições diárias são algumas matérias com balanço de votações, resumos dos discursos de grande expediente proferidos na semana anterior, dois (ou até três) artigos de opinião assinados pelos deputados e quatro (ou até cinco) entrevistas com deputados”. Todas as edições são impressas na Gráfica da Câmara a um custo médio de R\$ 0,31 (trinta e um centavos de real) por exemplar.

O objetivo principal da pesquisa apresentada neste *paper* é verificar como as entidades que recebem a publicação avaliam o conteúdo informativo do periódico, especialmente em relação a sua importância. Para se atingir os objetivos esperados, uma das estratégias adotadas durante a aplicação do formulário foi tentar obter as informações diretamente dos dirigentes das instituições, por serem considerados os respondentes preferenciais. No caso de impossibilidade de se falar diretamente com o presidente da câmara municipal/assembleia ou o prefeito, a segunda opção foi interpelar um assessor do gabinete do titular da instituição.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

² As entrevistas dos profissionais foram concedidas à pesquisadora Cristiane Brum Bernardes entre novembro de 2008 e janeiro de 2010.

A pesquisa de abrangência nacional foi realizada por telefone, no período de 5 de abril a 30 de junho de 2010, pela Seção de Atendimento ao Cidadão (Serviço 0800) da Câmara dos Deputados. O instrumento de coleta de dados escolhido foi o formulário estruturado, com uma única questão aberta para recolher críticas e sugestões em relação ao conteúdo do JORCD.

A pesquisa foi realizada com base em amostra probabilística aleatória simples com reposição (Marconi e Lakatos, 1996), a qual consiste em elencar as unidades amostrais a partir de um cadastro previamente numerado, com seleção aleatória da sequência numérica a ser adotada. A substituição foi recorrente devido às dificuldades de contato com as instituições consultadas, sobretudo aquelas que se localizam no interior do País, de modo particular as da Região Norte. As principais dificuldades de contato com as entidades selecionadas foram: ausência do responsável pelas informações, número telefônico desativado ou desatualizado e restrições no horário de expediente da instituição. Tais obstáculos foram identificados em todos os segmentos, contudo, houve predomínio nas câmaras municipais.

O mecanismo adotado para a composição da amostragem consiste, portanto, na substituição das instituições destacadas para compor a amostra, mas cujos contatos não se efetivaram. O procedimento mais comum nesses casos é fazer uma nova seleção para o preenchimento das lacunas. Contudo, no caso específico, devido às dificuldades mencionadas, especialmente na etapa que contemplou as câmaras municipais, foi necessário realizar a reposição em vários estágios (com reposições sucessivas), até se conseguir completar o número mínimo de entidades por estado e região, de acordo com o plano amostral previamente definido, com o seguinte critério estatístico: inclusão de 10% dos municípios de cada Estado, o que corresponde, ao final, a 10% dos municípios de cada Região (Tabela 1). Esse critério se aplica às câmaras municipais e às prefeituras. Com isso, o objetivo foi garantir proporcionalidade estatística à amostra selecionada, com o percentual de 10% dos municípios de cada Estado da Federação e, conseqüentemente, assegurar também a proporcionalidade por região geográfica. Para as assembleias (apenas 27), não houve necessidade de delimitar amostragem. Todo o universo foi incluído.

No caso das instituições legislativas municipais, o cadastro de expedição do *Jornal da Câmara* é composto por 5.560 destinatários. Esse, portanto, foi considerado o total da população ou universo. Para a escolha de 10% do total foi adotado o seguinte critério: escala de dez em dez, ou seja, seleciona-se como primeiro município o de número 10 do cadastro. Em seguida, o de número 20 e assim sucessivamente, até completar o número 556, correspondente a 10% do total. A reposição foi adotada a fim de garantir o percentual da amostragem. Assim, nos casos de impossibilidade de

contato com a câmara municipal de número 120, seleciona em primeiro lugar o número anterior. Caso ainda haja dificuldade de contato, seleciona-se a instituição de número posterior. Em situações em que a dificuldade de contato persistiu, o procedimento foi repetido, alternando os números sucessivos (anteriores e posteriores ao selecionado na primeira etapa).

Para a composição do elenco das prefeituras, o procedimento foi o mesmo, com exceção da escala numérica. Em vez do número dez, deu-se preferência pelo 15 (25, 35, 45, 55 e sucessivamente), a fim de evitar que a amostragem fosse idêntica à das câmaras municipais. Com a alteração da escala numérica, o propósito foi incluir outros municípios na seleção das prefeituras, a fim de evitar viés de sobreposição geográfica.

O instrumento de coleta de dados (formulário) foi o mesmo nos três segmentos, a fim de facilitar a comparação, com foco nos seguintes itens:

- a) Identificação dos leitores efetivos do JORCD na instituição pesquisada;
- b) Utilidade das informações publicadas pelo JORCD para o trabalho legislativo/institucional das entidades destinatárias;
- c) Leitura e consulta ao conteúdo do JORCD na versão divulgada pela Internet;
- d) Tipologia das informações de maior interesse dos leitores/instituições;
- e) Avaliação das câmaras municipais, prefeituras e assembleias legislativas acerca do conteúdo do JORCD;
- f) Apresentação de eventuais críticas e sugestões.

Antes da aplicação definitiva dos formulários foi realizado um pré-teste por uma semana, a fim de sanar eventuais problemas identificados pelos operadores na estrutura do formulário, na seqüência das perguntas ou na linguagem utilizada. Como o diagnóstico foi favorável, o trabalho prosseguiu, sem necessidade de descartar os dados coletados até então. A única alteração no formulário foi a inclusão de mais uma opção no item relativo à possibilidade de consulta ao *Jornal da Câmara* pela internet. Nesse caso, foi adicionada a alternativa “Não há internet na instituição”. Como essas informações foram adicionadas já na fase do pré-teste, não houve prejuízo para a pesquisa.

3. RESULTADOS

A fim de facilitar a descrição e análise dos resultados, cada tópico a seguir destaca uma pergunta do formulário, com os dados e eventuais comentários. No total, foram ouvidas

representantes de 26 assembleias legislativas e da Câmara Distrital (DF), além de 556 prefeituras e 556 câmaras de municipais vereadores. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos informantes por região do País.

TABELA 1: AMOSTRAGEM SELECIONADA

Região	UF	Municípios	Amostragem selecionada
Região Nordeste	AL	10	Região Nordeste: 1.710 municípios Instituições pesquisadas: 171 (10%)
	BA	42	
	CE	18	
	MA	22	
	PB	22	
	PE	18	
	PI	22	
	RN	17	
Região Norte	AC	3	Região Norte: 480 municípios Instituições pesquisadas: 48 (10%)
	AM	6	
	AP	3	
	PA	14	
	RO	5	
	RR	3	
	TO	14	
Região Centro-oeste	GO	25	Região Centro-Oeste: 480 municípios Instituições pesquisadas: 48 (10%)
	MT	15	
	MS	8	
Região Sul	PR	40	Região Sul: 1.200 municípios Instituições pesquisadas: 120 (10%)
	RS	50	
	SC	30	
Região Sudeste	ES	8	Região Sudeste: 1.680 municípios Instituições pesquisadas: 168
	MG	86	
	RJ	9	

	SP	65	(10%)
TOTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS:			5.560
Total de municípios selecionados:			556 (10% do total)

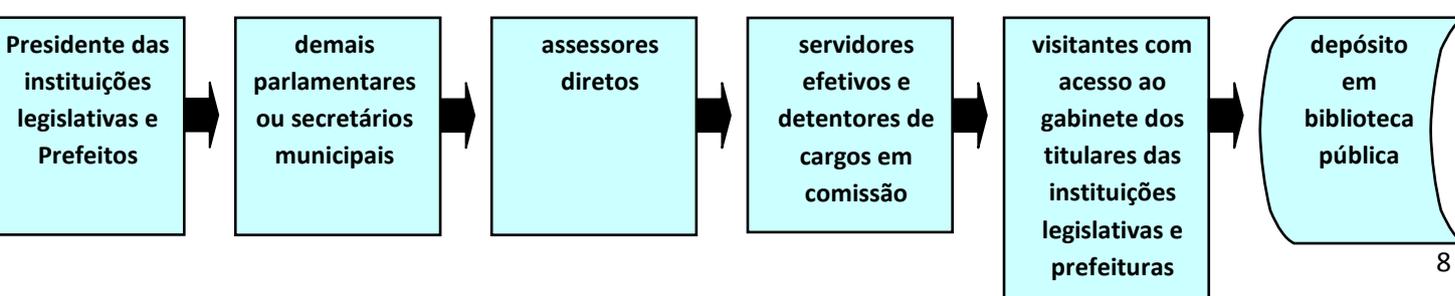
3.1 Quem lê o Jornal da Câmara?

Em todas as instituições pesquisadas prevalece a leitura dos titulares dos cargos mais elevados, ou seja, o presidente do Legislativo ou o prefeito (34,9% nas câmaras municipais; 36,7% nas prefeituras e 22,2% nas assembleias). Em segundo lugar estão os demais vereadores (32,4%), os secretários municipais das prefeituras (17,8%) e os outros deputados estaduais/distritais (33,3%). Os índices de leitura entre os assessores das instituições são os seguintes: 22,8% nas câmaras; 15,6% nas prefeituras; e 11,1% nas assembleias. No caso dos servidores, o percentual é maior nas prefeituras (25,5%) e nas assembleias (22,2%). Nas câmaras municipais, o registro é de apenas 0,4%.

Entre as instituições que deixam o Jornal à disposição para a leitura de visitantes e demais interessados, o maior percentual foi registrado no segmento das assembleias (11,1%), seguido das prefeituras (2,7%) e das câmaras municipais (0,9%). Somente 0,2% das prefeituras encaminham um exemplar do Jornal à biblioteca pública após a leitura, a fim de que seja arquivado e utilizado para consultas posteriores pela comunidade. Na quase totalidade das instituições o Jornal é descartado após a leitura (98,8%).

Chama atenção ainda o baixo índice de leitura do JORCD entre os servidores das câmaras municipais (apenas 0,4%), o que talvez se explique pelas peculiaridades em relação à estrutura administrativa e ao funcionamento dessas instituições. Nos pequenos municípios, nem sempre há expediente diário regularmente, nem gabinetes estruturados para os vereadores. Assim, tal percentual pode decorrer da pequena quantidade de servidores efetivos, ao contrário das prefeituras e assembleias que, geralmente, são entidades com estrutura administrativa maior, quadro de pessoal próprio e atividades regulares.

Os dados permitem mapear a cadeia de leitores da edição semanal do *Jornal da Câmara*, a qual pode ser esquematizada da seguinte forma:



3.2 As notícias que o Jornal da Câmara publica têm utilidade para o trabalho da instituição?

Acerca da utilidade das informações, o JORCD é considerado mais útil pela maioria das assembleias legislativas e apresenta menor utilidade para as câmaras municipais, como mostra a **Tabela 2**. Percebe-se que a publicação também apresenta um alto grau de utilidade para o trabalho das prefeituras, com quase 90% de considerações nas categorias *muita* ou *alguma utilidade*. Mesmo com a diferença, não é possível afirmar, a partir dos dados, que o periódico seja inútil ou tenha pouca utilidade para a maioria das instituições. Para tanto, seria necessária pesquisa mais aprofundada.

TABELA 2: UTILIDADE DO JORNAL DA CÂMARA PARA A INSTITUIÇÃO

	Assembleias Legislativas	Prefeituras	Câmaras Municipais
Muita utilidade	71,4%	46,8%	39,1%
Alguma utilidade	14,3%	42,9%	46,8%
Pouca utilidade	14,3%	9,8%	11,9%
Nenhuma utilidade	0	0,5%	2,2%

As informações obtidas não permitem fazer inferências sobre como o conteúdo divulgado pelo JORCD é utilizado pelas instituições, uma vez que o formulário aplicado possibilita apenas os registros mencionados. Em pesquisas futuras seria oportuno, portanto, analisar usos específicos que essas entidades fazem do conteúdo do *Jornal da Câmara*.

3.3 Alguém da instituição lê o Jornal da Câmara também pela internet?

As assembleias legislativas destacam-se como as instituições em que há conhecimento sobre a possibilidade de ler o JORCD pela Internet. Entretanto, apesar de saberem disso, apenas 28,6% afirmaram ler o periódico pela Internet com frequência. O índice de leitura eventual (às vezes) corresponde a 57,1% das respostas, enquanto 14,3% responderam não utilizar o conteúdo eletrônico.

No caso das instituições municipais, quase a metade demonstrou não saber que o conteúdo da edição impressa também está disponível na Internet, com 45,1% e 44,4%, para as prefeituras e câmaras municipais, respectivamente. Entre aquelas que afirmaram ler o jornal frequentemente pela rede de computadores, o percentual é praticamente idêntico, com 10,3% para as prefeituras e 10,2% para as câmaras municipais. No caso de leitura esporádica ou às vezes, o percentual também é parecido, com 21,6% para as prefeituras e 18,4% para as câmaras municipais. Dentre as instituições que conhecem o conteúdo eletrônico mas não costumam utilizar o formato web para leitura e consulta, os percentuais são 23,7% para as câmaras e 17,7% para as prefeituras.

Outra informação relevante diz respeito ao percentual de instituições municipais, especialmente do interior do Brasil, que ainda não dispõem de serviços de internet. Estão nessa situação 5% das prefeituras e 3,3% das câmaras municipais, dado social e politicamente relevante, uma vez que se trata de instituições basilares para o exercício da democracia e da cidadania. Contudo, certamente o prognóstico é que em poucos anos todas essas entidades possam contar com acesso aos serviços de internet.

3.4 Que tipo de informação mais lhe interessa no *Jornal da Câmara*?

A preferência pelo tipo de informação publicada pelo Jornal também apresenta algumas coincidências. Em primeiro lugar, destaca-se o interesse pela divulgação de resultados de votação do Plenário da Câmara, com 35,7% para as assembleias, 35,2% para as câmaras e 35,1% pelas prefeituras. Em relação aos outros temas, apesar das afinidades reveladas, existem pequenas diferenças.

As assembleias apresentam maior demanda por aquelas notícias sobre as reuniões das comissões e as notas sobre os discursos parlamentares, com o mesmo índice de resposta para os dois itens: 21,4%. Os temas de menor relevância para as instituições legislativas estaduais são a agenda da Câmara e os debates da Ordem do Dia, com 14,3% e 7,1%, respectivamente.

O interesse pelo resultado de votações do Plenário também predomina entre os legislativos municipais (35,2%), seguido dos debates na Ordem do Dia (21,8%), das notícias sobre as reuniões

das comissões (17%), das notas sobre os pronunciamentos dos deputados (14,6%) e da agenda de trabalho da Câmara (9,5%).

No caso das prefeituras, além do interesse pelas votações em Plenário, em segundo lugar, com índices similares, estão informações sobre as reuniões das comissões e os debates durante a Ordem do Dia (19,6% e 19,2%). Em terceiro lugar, as notas sobre os discursos parlamentares (15,2%) e, em seguida, a agenda da Câmara (10,4%).

O mapeamento do escopo do interesse dos leitores reitera a idéia corrente de que o Plenário é, de fato, o principal espaço de visibilidade parlamentar, por atrair mais atenção, seguido da cobertura das decisões e debates das comissões. Contudo, o que se observa é que, geralmente, todos os itens da pauta do JORCD são considerados pelos leitores.

3.5 Como a instituição avalia o *Jornal da Câmara*?

Neste item predominou o quesito *bom* em todos os segmentos, com os seguintes percentuais: prefeituras (66,2%), câmaras (59,1%) e assembleias (57,1%). A alternativa *muito bom* aparece em segundo lugar: assembleias (42,9%), câmaras (37,6%) e prefeituras (27,6%). Considerando o somatório dos dois itens predominantes (*bom e muito bom*), o quadro é o seguinte: assembleias (100%), câmaras (96,7%) e prefeituras (93,8%).

A alternativa *regular* obteve os seguintes percentuais: prefeituras (6,2%), câmaras (3,3%), assembleias (0%). Os quesitos *ruim e péssimo* obtiveram registro 0% em todos os segmentos, o que também representa um indicativo de avaliação positiva acerca do conteúdo editorial do Jornal pelas instituições pesquisadas.

3.6 Quanto ao conteúdo do Jornal, gostaria de fazer alguma crítica ou sugestão?

A maioria das instituições não fez críticas ou sugestões em relação ao conteúdo editorial do Jornal. No caso das assembleias, todas responderam que desejavam opinar (100%). Em relação às prefeituras, 90,2% não quiseram criticar ou sugerir, enquanto o percentual de câmaras municipais nessa situação ficou em índice similar, com 89,4%. Entre as que responderam afirmativamente ao questionário, ou seja, que manifestaram interesse em apresentar críticas e sugestões, estão 10,6% das câmaras municipais e 9,8% das prefeituras.

No caso das câmaras municipais e prefeituras, predominam as sugestões, com um total de 89 das 97 manifestações (86,3% do total). As críticas e reclamações figuram em segundo lugar, com 6 registros no total, sendo 3 das câmaras e 3 das prefeituras. Os elogios ficam em último lugar, com um total de 2 citações (um das câmaras e um das prefeituras).

O predomínio de sugestões pode expressar um indicador positivo, pois aponta para o interesse das instituições em participar e colaborar, em vez de simplesmente criticar. No caso das manifestações elogiosas, as poucas registradas surgiram espontaneamente, uma vez que o formulário não mencionava tal opção de resposta, mas limitava-se a perguntar se as instituições tinham sugestões e críticas ao conteúdo publicado pelo Jornal. Durante o planejamento da pesquisa evitou-se intencionalmente incluir itens com o registro de elogios, a fim de evitar viés nas respostas. Ao mencionar o termo, temia-se que os representantes das instituições entendessem que as críticas poderiam não ser bem-recebidas. Como o objetivo era coletar sugestões e críticas, optou-se por manter esse escopo.

3.7 Avaliação do conteúdo do *Jornal da Câmara*

As respostas abertas, referentes à avaliação do conteúdo do *Jornal da Câmara*, foram organizadas por estado, a fim de permitir um mapeamento mais detalhado. Um panorama geral mostra que as câmaras municipais apresentam índice de participação superior às prefeituras. No cenário das primeiras, destacam-se os estados da Bahia e Minas Gerais, empatados com nove participações. Em seguida estão: São Paulo (7), Santa Catarina (5) e Pará (4). No total, câmaras municipais de 17 estados brasileiros apresentaram sugestões e críticas.

No âmbito das prefeituras, os estados com maior índice de participação foram: Minas Gerais e Pernambuco, ambos com cinco registros, seguidos do Rio Grande do Sul (4). No total, prefeituras de 17 estados brasileiros apresentaram sugestões e críticas. As manifestações das instituições em relação ao conteúdo do JORCD foram sistematizadas nas seguintes categorias temáticas, segundo a ordem crescente das respostas:

- a) Pauta/conteúdo do Jornal
- b) Divulgação das atividades parlamentares
- c) Informações regionais/municipais
- d) Expedição do Jornal
- e) Formato, cor, ilustrações

- f) Política editorial
- g) Participação dos leitores
- h) Linguagem

Das categorias mencionadas destacam-se em primeiro lugar, com igual número de respostas (22), pauta/conteúdo do Jornal e divulgação das atividades parlamentares. Em seguida estão: informações regionais/municipais (17), expedição do jornal (14), formato, cor, ilustrações (10), política editorial (7), participação dos leitores (4) e linguagem (3). Esse *ranking* revela que, apesar de o foco da pesquisa ter sido as condições de remessa e recebimento do periódico, as respostas da questão aberta deram maior relevância ao conteúdo informativo, à divulgação das atividades parlamentares e ao enquadramento regionalizado/ municipalizado das notícias. As críticas ou sugestões relativas à expedição em si aparecem em quarto lugar na ordem de importância.

Do ponto de vista do teor das participações relacionadas ao conteúdo do Jornal, temos a seguinte situação:

3.7.1 Pauta/conteúdo do Jornal

Predominam as sugestões para que as matérias apresentem explicações mais detalhadas sobre a tramitação e a íntegra dos projetos em pauta na Câmara, com cinco registros. Em seguida, aparecem as propostas de maior destaque pelo Jornal a assuntos relacionados a saúde e educação, com três registros. Depois surgem duas respostas que sugerem maior destaque e detalhamento quando se trata de matérias sobre legislação. As demais, todas com apenas um registro, sugerem maior divulgação de temas diversos, tais como políticas sociais, atividades do Governo Federal, convênios com ministérios e até a publicação das sanções e promulgações presidenciais (sic).

Algumas dessas opiniões demonstram interesse dos informantes pelas explicações relativas ao processo legislativo, tais como tramitação de proposições e publicação de informações minuciosas sobre legislação de modo geral. Nesse caso, trata-se de manifestações pertinentes, tendo em vista as dificuldades para se compreender as matérias legislativas. Entretanto, foram registradas outras propostas nas quais os respondentes demonstram não compreender bem a função do *Jornal da Câmara* e nem mesmo a missão institucional da Câmara dos Deputados. Ora confundem o *Jornal da Câmara* com o Diário Oficial da União, ora pensam que se trata de veículo de divulgação das atividades do Poder Executivo. É necessário frisar que a pesquisa foi realizada com

representantes/dirigentes de instituições legislativas municipais e estaduais e prefeituras e não com o público em geral, do qual poderia se esperar tal nível de desinformação.

3.7.2 Divulgação das atividades parlamentares

As declarações a favor de maior divulgação das atividades parlamentares constituem um bloco expressivo das respostas, como já foi ressaltado anteriormente. Curiosamente, refletem exatamente o que já faz parte da cobertura do JORCD. Em outras palavras, os respondentes sentem falta de algo que constitui a essência do Jornal, como o resumo das matérias votadas na semana (uma das prioridades na cobertura do Jornal semanal), divulgação da opinião dos deputados em relação às proposições (o que o Jornal publica como resumo dos debates durante a Ordem do Dia), e maior divulgação de matérias sobre o dia-a-dia da Câmara (outro foco da pauta do Jornal).

Nesse quesito, portanto, as sugestões, apesar de numerosas, são pouco expressivas, uma vez que não acrescentam conteúdo efetivo que possa subsidiar a equipe do JORCD. É o caso, inclusive, de questionar o nível de conhecimento da publicação por parte daqueles que responderam à pesquisa.

3.7.3 Informações regionais/municipais

O terceiro bloco de respostas se refere a sugestões relacionadas a maior ênfase a informações regionais e municipais. Contudo, são manifestações que também resultam da falta de conhecimento dos respondentes sobre o papel e os objetivos institucionais do *Jornal da Câmara*. Alguns parecem querer transformá-lo em um “caderno de cidades” local, com informações sobre determinados municípios, a exemplo das seguintes manifestações: “Divulgação de informações sobre cidade de Tucumã, no estado do Pará”; “Divulgação de informações sobre o município de Monte Santo do Tocantins”.

Também foram registradas sugestões referentes a “maior divulgação do trabalho das câmaras municipais”, como se o JORCD fosse um veículo que representasse a associação dos municípios. Outras indicam para um perfil diferente: desejam que o *Jornal da Câmara* seja um veículo regional, contrariando sua natureza de veículo institucional do Poder Legislativo federal.

3.7.4 Expedição do Jornal

As manifestações relacionadas à expedição do Jornal são redundantes em relação às questões objetivas do formulário e se limitam a mencionar o desejo de receber as edições com maior antecedência, além de solicitações de mais exemplares ou do envio nominal para cada integrante da instituição. Alguns solicitam a remessa diretamente para a residência dos vereadores, o que revela a falta de estrutura de muitas câmaras municipais e o caráter esporádico de suas atividades, além de indicar, sob alguns aspectos, a força da cultura política patrimonialista, que confunde o público com o privado.

3.7.5 Formato, cor, ilustrações

Acerca desse item destacam-se as sugestões sobre legibilidade (sobretudo o tamanho da fonte), além de uma sugestão de se produzir uma edição mensal com maior número de páginas e mais textos informativos. As demais, em sua maioria, também revelam que os leitores do *Jornal da Câmara* parecem desconhecer até mesmo elementos básicos do formato de um veículo escrito, tais como impressão colorida e tipo de papel. Apesar de todo produzido em cores, conter dezenas de ilustrações e fotos e utilizar papel reciclado de alta qualidade, os leitores ainda sugerem que “o jornal deveria ser feito em impressão colorida, usar mais ilustrações e papel de melhor qualidade”. Enfim, ao se ler a compilação das idéias apresentadas, a percepção é de que o Jornal que eles recebem não é exatamente o mesmo que é produzido semanalmente em Brasília.

3.7.6 Política editorial

As manifestações relacionadas a essa categoria são poucas e genéricas, tais como “matérias mais objetivas”, “notícias mais detalhadas”, “o jornal deveria ser mais imparcial” etc.

3.7.7 Participação dos leitores

Essa categoria inclui sobretudo propostas relacionadas à publicação de cartas de leitores, mas também contém reivindicações paroquiais, como espaço para os vereadores se manifestarem sobre as proposições em tramitação na Câmara, além de disponibilizar canal de comunicação gratuito para as prefeituras encaminharem propostas e comentários ao JORCD.

3.7.8 Linguagem

Essa categoria apresenta três pleitos sobre o uso de linguagem mais popular nas matérias do Jornal, com explicações mais acessíveis ao público leigo. É importante destacar, contudo, que a pesquisa não foi realizada com “público leigo”. Ao contrário, os entrevistados ocupam posições de destaque na estrutura burocrática e de poder das instâncias estaduais e municipais. Tais sugestões parecem indicar um desejo de que a publicação atinja também os demais cidadãos, além dos trabalhadores do setor estatal e atores políticos.

4. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Entre os dados relevantes registrados pela pesquisa está a composição da cadeia de leitores, como destacado no 3.3 (Quem lê o *Jornal da Câmara*), o que indica a força dos líderes de opinião e a vigência do modelo do fluxo de comunicação em dois níveis³, ou seja, as informações são passadas pelos líderes de opinião para os demais integrantes das organizações. Outra questão que merece destaque é a tipologia das informações que mais interessam aos leitores do JORCD nas entidades pesquisadas, em comparação com o grau de utilidade ou de importância para o trabalho institucional das entidades que responderam ao formulário e a avaliação que elas fazem do conteúdo do Jornal. Essa triangulação confirma que o JORCD oferece conteúdos que correspondem às expectativas

³ Trata-se de modelo proposto por Paul Lazarsfeld no período da II Guerra Mundial, integrante da abordagem empírica de campo ou dos “efeitos limitados”, que versa sobre as influências da mídia nos contextos comunitários ainda não inteiramente massificados e atomizados. O modelo considera os processos de formação de opinião: líderes de opinião e fluxo de comunicação em dois níveis. Os líderes de opinião constituem o setor da população mais ativo na participação política e mais decidido no processo de formação das opiniões de voto. O fluxo de comunicação em dois níveis é determinado justamente pela mediação que os líderes de opinião desenvolvem entre a mídia e os outros indivíduos do grupo ou da comunidade.

desses segmentos. Contudo, os dados oferecem poucos elementos para inferências e comentários mais aprofundados em relação a esses três itens. Nesse aspecto, talvez seja cabível a sugestão de pesquisa posterior, voltada para o aprofundamento desses tópicos.

Um dos pontos negativos é que as críticas e sugestões coletadas durante a pesquisa pouco se aplicam ao contexto editorial do JORCD. Como já foi abordado no corpo do relatório, a questão aberta contou com baixo índice de respostas, além de apresentar elevado teor de dissonância das propostas e comentários feitos pelos informantes. Mais do que coletar sugestões e críticas efetivamente, a questão aberta teve maior utilidade para registrar as representações dos informantes acerca do JORCD. Seria interessante analisar se essas representações são pessoais ou se podem ser generalizadas como discurso coletivo das próprias instituições, assunto para outras pesquisas mais detalhadas. Contudo, tal situação poderá ser utilizada pela Coordenação do veículo como diagnóstico de que há necessidade de aperfeiçoar o relacionamento com os públicos do Jornal.

Apesar da pequena quantidade de manifestações, talvez seja pertinente a inferência de que algumas respostas à questão aberta, especialmente no caso das críticas e sugestões, podem resultar de táticas dos informantes para gerenciar sua própria imagem, ao tentar causar “boa impressão” ao atendente do Serviço 0800, uma vez que se trata de alguém que fala em nome da Câmara dos Deputados. Portanto, mesmo sem opinião formada ou sem uma crítica ou sugestão objetiva a apresentar, o respondente tende a se pronunciar em consonância com sua crença pessoal acerca da imagem que seu interlocutor possa ter em relação à opinião manifestada. Em outras palavras, sua resposta é “administrada” a fim de se encaixar em um enquadramento que ele supõe ser o mais adequado para não comprometer sua reputação ou sua imagem pessoal – ou mesmo a imagem da instituição que ele representa no momento da entrevista.

Como exemplos, podemos retomar as respostas que sugerem ao Jornal “divulgar mais a opinião dos deputados acerca das matérias em debate na Casa”; “publicar um apanhado das notícias da semana”; e “usar impressão colorida, mais fotos e ilustrações”. Diante de tais respostas, a hipótese é de que o entrevistado, provavelmente, nunca leu o JORCD. Contudo, ao ser abordado por alguém que telefona da Câmara dos Deputados, em Brasília, o informante recorre a uma estratégia de “gerenciamento de impressão pessoal” ou de auto-apresentação⁴, algo comum nas pesquisas que

⁴ Um dos expoentes no estudo dessa estratégia de auto-representação foi o sociólogo e antropólogo canadense Erving Goffman, em sua obra *Representação do eu na vida cotidiana* (1959). Por meio desse recurso as pessoas buscam transmitir aos demais informações sobre si mesmas, o que pode se dar de uma forma autêntica, cínica ou excludente, como explica o psicólogo norte-americano Mark Leary (*Self-presentation: impression management and interpersonal*

utilizam respostas abertas. Tal estratégia também se assemelha ao fenômeno social conhecido como “percepção do olhar de vidro” ou “efeito de falso consenso”⁵, igualmente correlato às análises sobre sondagens com itens opinativos.

A partir dos dados descritos percebe-se a necessidade de estimular o contato das instituições cadastradas com o JORCD, medida que poderia ser viabilizada com a disponibilização de um ramal telefônico e um e-mail institucional. Assim, o veículo poderia oferecer algo análogo a uma central de atendimento ao leitor.

Outra proposta seria a realização de uma campanha institucional para estimular a leitura do conteúdo disponibilizado pela Internet, uma vez que a pesquisa constatou baixo índice de consulta via web. Também seria oportuna a divulgação dos objetivos institucionais do Jornal para seus públicos especiais, uma vez que a pesquisa revelou a existência de representantes das instituições cadastradas que confundem o jornal com o Diário Oficial da União, com veículos de divulgação de entidades estaduais/municipais ou boletins para atender interesses paroquiais.

Da mesma forma, outra campanha poderia fomentar o envio dos exemplares lidos às bibliotecas públicas, especialmente dos pequenos municípios do interior do País. Medida simples, sem custos e que poderia, além de estender a cadeia de leitores do Jornal, contribuir para ampliar o acervo de informações sobre o Poder Legislativo e favorecer especialmente professores e estudantes carentes de informação para pesquisas e atividades escolares.

Apesar da grande utilidade que os informantes relatam ver na publicação, os dados não permitem afirmar, com segurança, quais são os usos do *Jornal da Câmara* feitos pelas instituições legislativas estaduais, municipais ou pelos representantes do Executivo municipal no País. É provável que as informações referentes aos parlamentares do Estado sejam privilegiadas, assim como

behavior, 1995). Na auto-apresentação autêntica, o entrevistado age de forma sincera por questões de princípios ou pelo temor de ser desacreditado. Na auto-apresentação cínica, o sujeito envolve desde o exagero até a mentira, por temer uma reação negativa, para atender às convenções sociais ou atingir um objetivo pessoal. Na auto-apresentação excludente, o informante faz uma espécie de edição da auto-apresentação, o que implica omitir algumas informações e escolher o que deseja comunicar, a fim de causar boa impressão a seu interlocutor.

⁵ Também conhecida como “efeito do falso consenso”, baseia-se na idéia de que a maioria das pessoas, ao serem indagadas sobre uma determinada questão, tendem a oferecer respostas que reforçam ou refutam um determinado ponto de vista. No caso da pesquisa sobre o JORCD, os respondentes que não estavam aptos a fazer uma avaliação efetiva do conteúdo do Jornal (foco da questão aberta), optaram por sugestões e críticas genéricas, que se aplicariam a qualquer jornal impresso: uso de cor, ilustração, tamanho da fonte, matérias mais objetivas, textos mais detalhados etc.

parecer haver um interesse bastante justificado pelas decisões legislativas tomadas em nível federal e que podem afetar a vida dos cidadãos e as atividades dos demais poderes.

Desse modo, parece lógico supor que os deputados federais, além de tentarem construir uma agenda comum para o Legislativo, como destaca Cook, também usam a mídia legislativa para se comunicarem com os parlamentares e autoridades dos outros poderes, de estados e municípios. E não há razões para duvidar que o *Jornal da Câmara* ajude a criar um clima favorável a certas decisões, funcionando como um elemento de persuasão no processo político, inclusive junto aos atores que estão nas cidades onde o deputado federal precisa conquistar votos na eleição seguinte.

5 REFERÊNCIAS

COOK, Timothy. *Governing with the news*. The news media as a political institution. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

CORRÊA, Villas-Bôas. Cobrindo o Congresso. In: ABREU, Alzira Alves de; DIAS, José Luciano de Mattos. (org.) *O futuro do Congresso brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. P. 149-156.

GOFFMAN, Erving. *Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEARY, Mark. R. *Self-presentation: impression management and interpersonal behavior*. Madison: Brown & Benchmark Publishers, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PONTES, Marcelo. O jornalismo político em Brasília. In: ABREU, Alzira Alves de; DIAS, José Luciano de Mattos. (org.) *O futuro do Congresso brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. P. 157-162.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.